



# REGULAMENTO

## **Combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância na Canoagem**

Em vigor a partir de 5 de Fevereiro de 2010

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objecto**

O presente regulamento visa o combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância na Canoagem, de forma a possibilitar a realização das competições com segurança e de acordo com os princípios éticos inerentes à sua prática.

#### **Artigo 2.º**

##### **Âmbito**

O presente regulamento aplica -se a todas as competições de Canoagem e a todos os agentes nele intervenientes de forma directa ou indirecta.

#### **Artigo 3.º**

##### **Definições**

Para efeitos do disposto no presente regulamento, entende-se por:

a) «Anel ou perímetro de segurança» o espaço, definido pelas forças de segurança, adjacente ou exterior ao local onde se desenrola a competição, cuja montagem ou instalação é da responsabilidade do organizador da prova, compreendido entre os limites exteriores do recinto ou construção, dotado quer de vedação permanente ou temporária, quer de zonas de passagem com controlo de entradas e de saídas, destinado a garantir a segurança do espectáculo desportivo;

b) «Área do espectáculo desportivo» a superfície onde se desenrola o espectáculo desportivo, incluindo as zonas de protecção definidas de acordo com os regulamentos técnicos;

c) «Assistente de recinto desportivo» o vigilante de segurança privada especializado, directa ou indirectamente contratado pelo promotor do espectáculo desportivo, com as funções, deveres e formação definidos na legislação aplicável ao exercício da actividade de segurança privada;

d) «Complexo desportivo» o conjunto de terrenos, construções e instalações destinadas à prática de uma ou mais modalidades, compreendendo os espaços reservados ao público e ao estacionamento de viaturas;

e) «Coordenador de segurança» a pessoa com formação técnica adequada designada pelo organizador do espectáculo desportivo como responsável operacional pela segurança no recinto desportivo e anéis de segurança para, em cooperação com as forças de segurança, as entidades de saúde, a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e o organizador da competição desportiva, chefiar e coordenar a actividade dos assistentes de recinto desportivo e voluntários, caso existam, bem como zelar pela segurança no decorrer do espectáculo desportivo;

f) «Espectáculo desportivo» o evento que engloba uma ou várias competições individuais ou colectivas, que se realiza sob a égide da mesma entidade desportiva, decorrendo desde a abertura até ao encerramento do recinto desportivo;

g) «Grupo organizado de adeptos» o conjunto de adeptos, filiados ou não numa entidade desportiva, tendo por objecto o apoio a clubes, a associações ou a sociedades desportivas;

i) «Promotor do espectáculo desportivo» as Câmaras Municipais, Empresas camarárias, associações de âmbito territorial, clubes e sociedades desportivas, bem como a FPC, quando sejam simultaneamente organizadores.

j) «Organizador da competição desportiva» a FPC, relativamente a todas as competições realizadas sob a sua égide.

## **CAPÍTULO II**

### **Medidas de segurança e condições do espectáculo desportivo**

#### **SECÇÃO I**

##### **Organização e promoção de competições desportivas**

###### **Artigo 4.º**

###### **Regulamentos de prevenção da violência**

1 — A F.P.C. aprova o presente regulamento em matéria de prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espectáculos desportivos, nos termos da lei, fazendo o mesmo, parte integrante de todos os protocolos, a celebrar com organizadores de competições de Canoagem.

2 — O Presente regulamento será submetido, nos termos da lei, a registo junto do Conselho para a Ética e Segurança no Desporto (CESD)

###### **Artigo 5.º**

###### **Procedimentos preventivos**

Os Procedimentos preventivos a observar na organização das competições desportivas, organizadas pela FPC:

- Policiamento adequado ao tipo de prova a organizar;
- Assistência médica efectiva;
- Criação de plano de segurança em função do tipo de prova a organizar;
- Incentivo publicitário à prática do Canoagem de modo saudável, tolerante e com salvaguarda da ética e desportivismo.
- Incentivo através das escolas de Canoagem e do programa Canoagem na Escola, em conjugação com o Desporto Escolar, às boas práticas desportivas e à tolerância no desporto.

- Nos cursos de formação a FPC implementará medidas e programas de promoção de boas práticas que salvaguardem a ética e o espírito desportivos.

#### Artigo 6.º

##### **Infracções leves, graves e muito graves**

Todos os agentes envolvidos directa ou indirectamente com a modalidade, que se envolvam em situações de racismo, xenofobia e intolerância nas competições desportivas organizadas pela FPC ou sob a égide desta, serão punidos da seguinte forma:

- Se a infracção for leve, por não atingir resultados significativos de ordem moral, e não atingir valores sociais relevantes, será punido com pena de repreensão escrita e/ou multa até 150 €.
- Se a infracção for grave, por atingir resultados significativos de ordem moral e/ou material, e atingir valores sociais relevantes, será punido com pena de multa até 500 € e/ou suspensão de actividade ou funções até 6 meses.
- Se a infracção for muito grave, por atingir resultados gravosos de ordem moral e/ou material, e atingir valores sociais relevantes, será punido com pena de multa até 1.000 € e/ou suspensão de actividade ou funções até 2 anos.

#### Artigo 7.º

##### **Tramitação processual**

A tramitação do procedimento disciplinar e instância de recurso é a constante do regulamento de disciplina da FPC.

#### Artigo 8.º

##### **Plano de actividades**

A FPC consagrará medidas e programas de promoção de boas práticas que salvaguardem a ética e o espírito desportivos nos respectivos planos anuais de actividades, em particular no domínio da violência associada ao desporto.

#### Artigo 9.º

##### **Regulamentos de segurança e de utilização dos espaços de acesso público**

1 — A FPC e os organizadores de provas de Canoagem sob a égide da FPC, obrigam-se a aceitar o presente regulamento, como parte integrante, do protocolo para a realização da competição desportiva.

2 — Os organizadores devem salvaguardar todas as medidas necessárias à salvaguarda da segurança do evento, atletas e espectadores, cuja execução deverá ser precedida de concertação com as forças de segurança, a ANPC, os serviços de emergência médica, nomeadamente:

- a) Separação física dos espectadores, reservando-lhes zonas distintas, nas competições consideradas de risco elevado;
- b) Proibição de venda, consumo e distribuição de bebidas alcoólicas, substâncias estupefacientes e substâncias psicotrópicas no interior do anel ou perímetro de segurança.
- c) Criação de áreas, no interior do recinto desportivo, onde é permitido o consumo de bebidas alcoólicas, no respeito pelos limites definidos na lei;
- d) Definição das condições de exercício da actividade e respectiva circulação dos meios de comunicação social no recinto desportivo;
- e) Elaboração de um plano de emergência interno, prevendo e definindo, designadamente, a actuação dos assistentes de recinto desportivo, se os houver.

#### Artigo 10.º

##### **Deveres dos promotores do espectáculo desportivo**

1 — Sem prejuízo de outros deveres que lhes sejam cometidos nos termos da presente lei, e na demais legislação ou regulamentação aplicáveis, são deveres dos organizadores das competições desportivas efectuadas sob a égide da FPC:

- a) Assumir a responsabilidade pela segurança do recinto desportivo e anéis de segurança;
- b) Incentivar o espírito ético e desportivo dos espectadores;
- c) Proteger os indivíduos que sejam alvo de ameaças e os bens e pertences destes, designadamente facilitando a respectiva saída de forma segura do complexo desportivo, ou a sua transferência para sector seguro, em coordenação com os elementos da força de segurança;
- e) Adoptar regulamentos de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo;
- f) Designar o coordenador de segurança, nas situações previstas na lei.

#### Artigo 11.º

##### **Acções de prevenção sócio educativa**

A FPC e outros organizadores, em articulação com o Estado, devem desenvolver acções de prevenção socioeducativa, nas áreas da ética no desporto, da violência, do racismo, da xenofobia e da intolerância nos espectáculos desportivos, designadamente através de:

- a) Aprovação e execução de planos e medidas, em particular junto das escolas de Canoagem e do Canoagem na Escola em coordenação com o Desporto Escolar;
- b) Desenvolvimento de campanhas publicitárias que promovam o desportivismo, o ideal de “jogo limpo” e a integração, especialmente entre a população em idade escolar;
- c) Implementação de medidas que visem assegurar condições para o pleno enquadramento familiar, designadamente pela adopção de um sistema de ingressos mais favorável;
- d) Desenvolvimento de acções que possibilitem o enquadramento e o convívio entre espectadores;

## **SECÇÃO II**

### **Da segurança**

#### **Artigo 12.º**

##### **Coordenador de segurança**

- 1 — Compete ao promotor do espectáculo desportivo, de competições consideradas de risco elevado, sejam nacionais ou internacionais, designar um coordenador de segurança.
- 2 — O coordenador de segurança é o responsável operacional pela segurança no interior do recinto desportivo e dos anéis de segurança, sem prejuízo das competências dos órgãos de polícia criminal.
- 3 — Compete ao coordenador de segurança coordenar a actividade dos assistentes de recinto desportivo, com vista a, em cooperação com o organizador da competição desportiva, com a força de segurança, com a ANPC e com as entidades de saúde, zelar pelo normal decurso do espectáculo desportivo.
- 4 — O coordenador de segurança reúne com as entidades referidas no número anterior, antes e depois de cada espectáculo desportivo, e elabora um relatório final, o qual é entregue ao organizador da competição desportiva, com cópia ao CESD.

#### **Artigo 13.º**

##### **Forças de segurança**

- 1 — Quando o comandante da força de segurança territorialmente competente considerar que não estão reunidas as condições para que o espectáculo desportivo se realize em segurança comunica o facto ao comandante -geral da GNR ou ao director nacional da PSP, consoante o caso.
- 2 — O comandante -geral da GNR ou o director nacional da PSP, consoante o caso, informam o organizador da competição desportiva sobre as medidas de segurança a corrigir e a implementar pelo promotor do espectáculo desportivo.
- 3 — A inobservância do disposto no número anterior pelo promotor do espectáculo desportivo implica a não realização desse espectáculo, a qual é determinada pelo organizador da competição desportiva.
- 4 — O comandante da força de segurança presente no local pode, no decorrer do espectáculo desportivo, assumir, a todo o tempo, a responsabilidade pela segurança no recinto desportivo sempre que a falta desta determine a existência de risco para pessoas e instalações.
- 5 — A decisão de evacuação, total ou parcial, do recinto desportivo cabe, exclusivamente, ao comandante da força de segurança presente no local.

#### **Artigo 14.º**

##### **Parques de estacionamento**

Os recintos desportivo, sejam nacionais ou internacionais, devem dispor de parques de estacionamento devidamente dimensionados para a respectiva lotação de espectadores, bem como prever a existência de estacionamento para pessoas com deficiência e ou

incapacidades, em conformidade com a legislação em vigor, para as forças de segurança, para a equipa de arbitragem e para os agentes da respectiva federação.

#### Artigo 15.º

##### **Acesso de pessoas com deficiência e ou incapacidades a recintos desportivos**

1 — Os recintos desportivos devem dispor de acessos especiais para pessoas com deficiência e ou incapacidades, nos termos previstos no Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.

2 — As pessoas com deficiência e ou incapacidades podem aceder aos recintos desportivos acompanhadas pelo cão de assistência, nos termos previstos no Decreto -Lei n.º 74/2007, de 27 de Março.

#### Artigo 16.º

##### **Condições de acesso de espectadores ao recinto desportivo**

1 — São condições de acesso dos espectadores ao recinto desportivo:

- a) A observância das normas do regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público;
- b) Não estar sob a influência de álcool, estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeito análogo, aceitando submeter -se a testes de controlo e despistagem, a efectuar sob a direcção dos elementos da força de segurança;
- c) Não transportar ou trazer consigo objectos ou substâncias proibidos ou susceptíveis de gerar ou possibilitar actos de violência;
- d) Não ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de carácter racista ou xenófobo;
- e) Não entoar cânticos racistas ou xenófobos ou que incitem à violência;
- f) Consentir na revista pessoal de prevenção e segurança, com o objectivo de detectar e impedir a entrada de objectos e substâncias proibidos ou susceptíveis de gerar ou possibilitar actos de violência;
- g) Consentir na recolha de imagem e som, nos termos da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

2 — Para os efeitos da alínea b) do número anterior, consideram -se sob influência de álcool os indivíduos que apresentem uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l, aplicando -se -lhes, com as devidas adaptações, os procedimentos, testes, instrumentos e modos de medição previstos no Código da Estrada, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, com a última redacção dada pelo Decreto -Lei n.º 113/2008, de 1 de Julho, para as situações de alcoolemia e influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas nos condutores.

3 — É vedado o acesso ao recinto desportivo a todos os espectadores que não cumpram o previsto no n.º 1, exceptuando o disposto nas alíneas a), c) e f) do mesmo número, quando se trate de objectos que sejam auxiliares das pessoas com deficiência e ou incapacidades.

4 — As autoridades policiais destacadas para o espectáculo desportivo podem submeter a testes de controlo de alcoolemia ou de outras substâncias tóxicas os indivíduos que apresentem indícios de estarem sob a influência das mesmas, bem como os que manifestem comportamentos violentos ou que coloquem em perigo a segurança desse mesmo espectáculo desportivo.

5 — É vedado o acesso ao recinto desportivo àqueles cujos testes se revelem positivos e a todos os que recusem submeter-se aos mesmos.

#### Artigo 17.º

##### **Condições de permanência dos espectadores no recinto desportivo**

1 — São condições de permanência dos espectadores no recinto desportivo:

- a)* Não ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, violentas, de carácter racista ou xenófobo, intolerantes nos espectáculos desportivos, que incitem à violência ou a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política;
- b)* Não obstruir as vias de acesso e evacuação, especialmente as vias de emergência, sem prejuízo do uso das mesmas por pessoas com deficiências e incapacidades;
- c)* Não praticar actos violentos, que incitem à violência, ao racismo ou à xenofobia, à intolerância nos espectáculos desportivos, a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política;
- d)* Não ultrajar ou faltar ao respeito que é devido aos símbolos nacionais, através de qualquer meio de comunicação com o público;
- e)* Não entoar cânticos racistas ou xenófobos ou que incitem à violência, à intolerância nos espectáculos desportivos, a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política;
- f)* Não aceder às áreas de acesso reservado ou não destinadas ao público;
- g)* Não circular de um sector para outro;
- h)* Não arremessar quaisquer objectos no interior do recinto desportivo;
- i)* Não utilizar material produtor de fogo -de -artifício, quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos;
- j)* Cumprir os regulamentos do recinto desportivo;
- l)* Observar as condições de segurança previstas no artigo anterior.

2 — O incumprimento das condições previstas nas alíneas *a)*, *c)*, *d)*, *e)*, *g)* e *h)* do número anterior, bem como nas alíneas *c)* e *d)* do n.º 1 do artigo anterior, implica o afastamento imediato do recinto desportivo a efectuar pelas forças de segurança presentes no local, sem prejuízo de outras sanções eventualmente aplicáveis.

3 — O incumprimento das condições previstas nas alíneas *b)*, *f)*, *g)* e *l)* do n.º 1, bem como nas alíneas *a)*, *b)*, *e)* e *f)* do n.º 1 do artigo anterior, implica o afastamento imediato do recinto desportivo a efectuar pelos assistentes de recinto desportivo presentes no local, sem prejuízo de outras sanções eventualmente aplicáveis.

#### Artigo 18.º

##### **Revista pessoal de prevenção e segurança**



1 — O assistente de recinto desportivo pode, na área definida para o controlo de acessos, efectuar revistas pessoais de prevenção e segurança aos espectadores, nos termos da legislação aplicável ao exercício da actividade de segurança privada, com o objectivo de impedir a introdução no recinto desportivo de objectos ou substâncias proibidos, susceptíveis de possibilitar ou gerar actos de violência.

2 — O assistente de recinto desportivo deve efectuar, antes da abertura das portas do recinto, uma verificação de segurança a todo o seu interior, de forma a detectar a existência de objectos ou substâncias proibidos.

3 — As forças de segurança destacadas para o espectáculo desportivo, sempre que tal se mostre necessário, podem proceder a revistas aos espectadores, por forma a evitar a existência no recinto de objectos ou substâncias proibidos ou susceptíveis de possibilitar actos de violência.

## **ARTIGO 20º**

Aprovação, revogação e entrada em vigor

1. O presente Regulamento, constituído por um total de 9 páginas, foi aprovado em Reunião de Direcção da F.P.C. realizada em 4 de Fevereiro de 2010 e entra em vigor de imediato.

## **ARTIGO 21º**

Disposições subsidiárias

Em tudo o que não estiver especialmente previsto neste regulamento aplicar-se-ão, subsidiariamente, a legislação processual comum, civil ou penal, bem como os princípios gerais de direito comum e desportivo, bem como a regulamentação da FPC.